

CORREIO PAULISTANO

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Objetivo foi conhecer projetos e discutir novas soluções

Subcomissão de Calçadas recebe CET e da SP Urbanismo

Vereadores da Subcomissão de Calçadas e Mobilidade a Pé, vinculada à Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, ouviram representantes da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) e da SP Urbanismo. O objetivo foi conhecer projetos executados pelos órgãos e discutir soluções para os problemas relacionados às calçadas na capital paulista. André Ramos, diretor da SP Urbanismo (São Paulo Urbanismo), apresentou detalhes do projeto Território Educador – implantado em vias da Cidade Tiradentes – bairro da zona leste da capital. O Território Educador na Cidade Tiradentes é uma iniciativa do urbanismo social para requalificar o entorno de escolas. A ideia é tornar o local mais seguro e acessível.

Território Educador Cidade Tiradentes

De acordo com Ramos, o Território Educador Cidade Tiradentes está localizado a aproximadamente 30 km do marco zero da cidade de SP. Ao destacar a abrangência das ações da SP Urbanismo, o diretor afirmou que “isso prova que, da mesma forma que atuamos na região central, também atuamos em outras regiões da cidade”. Ele também explicou que acompanha todos os pontos das obras, que incluem calçadas com piso podotátil.

Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP



Proposta institui o programa na rede municipal de ensino

CCJ realiza Audiência Pública

Nesta segunda-feira (4), a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa) promoveu uma Audiência Pública sobre o PL (Projeto de Lei) 298/2026, de autoria do Executivo. A proposta institui o “Programa Mais Integração” na rede municipal de ensino e propõe diretrizes de cooperação entre as unidades educacionais, além de sugerir mecanismos de fomento e valorização profissional por meio de parcerias. De acordo com a justificativa do PL, o objetivo é dar estabilidade institucional ao programa do governo municipal.

Coordenadoria de Gestão Educacional

Representantes da Prefeitura compareceram para falar sobre o projeto. Fátima Abrão, coordenadora da Coged (Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional) da Secretaria Municipal de Educação, explicou que os critérios para bonificação da proposta são estabelecidos anualmente. Segundo a representante, entre os critérios para receber a bonificação está a frequência no trabalho.

Parque Borda I

No próximo dia 19 de maio, a partir das 19h, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo promove uma Audiência Pública sobre o processo de desapropriação para a construção do Parque Borda da Cantareira. O debate acontecerá na Aliança de Misericórdia – Jardim Botucatu.

Parque Borda II

O agendamento do debate atende a um requerimento do vereador Alessandro Guedes (PT). O parlamentar defende a necessidade de discutir os impactos econômicos, sociais e ambientais do processo com a população. Guedes diz que a construção do Parque demandará desapropriações.

Parque Borda III

O Parque ficará na Região Noroeste da Cidade e os imóveis desapropriados ficarão nas nos bairros Jardim das Flores, Botuquara e Arvão, onde os moradores vivem há mais de 10 anos e que o estudo técnico apresentado não detalha o procedimento de desapropriação nem identifica os lotes específicos.

Sena Madureira

Pesquisa Datafolha mostra que 92% da população de da capital aprova a obra da Prefeitura, projetada para melhorar a mobilidade e garantir um trânsito mais fluido na Zona Sul. O levantamento também aponta que 83% dos entrevistados concordam com o compromisso ambiental assumido pela gestão de plantar mais de mil árvores.

Virada Cultural I

A Prefeitura de São Paulo prorrogou para o dia 13 de maio o credenciamento da cobertura da Virada Cultural de 2026, apelidado de “O Festival dos Festivais” pela Prefeitura, que será realizada nos dias 23 e 24 de maio. Serão dois formulários: um para profissionais da imprensa e outro para influenciadores.

Virada Cultural II

Cadastros de influenciadores no formulário de imprensa serão desconsiderados, assim como imprensa no formulário de influenciadores. Os profissionais aprovados pela Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa receberão um e-mail com as orientações para a retirada da credencial indicando local, data e hora.



Audiência faz parte da tramitação do PL da Prefeitura

Comissão de Finanças faz sessão da LDO 2027

Debate vai discutir metas e prioridades do orçamento

Da Redação

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo definiu a realização da primeira audiência pública para discutir o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. A iniciativa marca o início da fase de debates com a participação da sociedade civil sobre o planejamento financeiro da cidade para o próximo ano.

A audiência faz parte da tramitação do projeto enviado pelo Executivo e tem como objetivo reunir contribuições de vereadores, especialistas e moradores. O conteúdo discutido nesses encontros pode influenciar o relatório final que será analisado pelos parlamentares antes da votação em plenário.

A LDO é um dos principais instrumentos de planejamento das contas públicas. O texto estabelece metas fiscais, prioridades de investimento e orientações para a elaboração do orçamento anual. Também define parâmetros que devem ser seguidos pela administração municipal na execução de despesas e na previsão de receitas.

De acordo com a proposta em análise, a Prefeitura projeta arrecadação bilionária para 2027, mantendo a linha de planejamento voltada à prestação de serviços públicos e à execução de políticas em áreas es-

senciais. O projeto ainda prevê diretrizes relacionadas ao equilíbrio fiscal e à gestão responsável dos recursos públicos.

Tramitação do projeto

Durante a tramitação, o projeto passa por etapas obrigatórias dentro do Legislativo. Após as audiências públicas, a Comissão de Finanças elabora um parecer consolidando sugestões e eventuais emendas. Em seguida, a proposta segue para votação em dois turnos no plenário da Câmara.

A participação popular é considerada parte central desse processo. As audiências permitem que diferentes setores da sociedade apresentem demandas e apontem prioridades para o uso do orçamento municipal. Esse mecanismo busca ampliar a transparência e aproximar a população das decisões sobre a aplicação dos recursos públicos.

Depois de aprovada

Depois de aprovada, a Lei de Diretrizes Orçamentárias servirá de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que detalha receitas e despesas do município. A expectativa é que o calendário de debates se estenda pelas próximas semanas, com novas audiências públicas programadas para aprofundar a discussão do tema sobre áreas específicas da administração pública.